

Sábado, 04 de Julho de 2026

ECOnomia Legal: selos de reconhecimento serão distribuídos aos setores mais econômicos do Judiciário

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso continua realizando o monitoramento das despesas do Judiciário Estadual. Através da Coordenadoria de Planejamento (Coplan), relatórios que contém informações sobre os gastos das 79 comarcas do estado e do TJMT são acompanhados por uma equipe de servidores e servidoras. Neste ano, durante a realização do VIII Encontro de Sustentabilidade no dia 17 de agosto, os setores que mais economizarem serão premiados com o Selo de Reconhecimento – ECOnomia Legal.

Os selos de reconhecimento (Excelência, Diamante, Ouro, Prata e Bronze) serão concedidos às comarcas, coordenadorias e gabinetes que conseguiram reduzir os custos de seis despesas: telefonia fixa, telefonia móvel, correio, material de consumo e impressão.

A líder do Núcleo de Sustentabilidade, Elaine Alonso, explica que os Selos de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário desempenham um papel crucial ao reconhecer e incentivar práticas ecologicamente responsáveis.

“Ao destacar e premiar as comarcas e os departamentos que adotam medidas sustentáveis, como a redução de consumo de recursos, gestão eficiente de resíduos e promoção da equidade social, o Judiciário, através dessa iniciativa, não apenas demonstra o compromisso da Instituição com as questões ambientais, sociais e de governança também inspira outros setores e comarcas a seguirem o exemplo. Além disso, esse reconhecimento contribui para elevar a sensibilização sobre a importância da sustentabilidade dentro da Justiça Estadual”, disse Elaine.

O período de monitoramento de despesas para a concessão dos selos foi realizado durante os meses de novembro de 2022 a junho de 2023. A metodologia de verificação do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) vai premiar com o selo Excelência os três melhores colocados; Diamante do 4º ao 10º colocado; Ouro do 11º ao 20º colocado; Prata do 21º a 35º e Bronze do 36º a 60º colocado.

Sobre ASG – O conceito de sustentabilidade é baseado em três eixos: ASG (Ambiental, Social e de Governança). A discussão sobre esses eixos no Poder Público tem sido cada vez mais importante, pois permite uma gestão mais responsável e consciente dos recursos públicos, priorizando a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a eficiência na governança. Ao incorporar essas dimensões nas decisões e políticas governamentais, é possível mitigar impactos negativos, promover a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável, além de inspirar outras instituições e a sociedade a adotarem práticas mais responsáveis e comprometidas com o bem-estar coletivo.

fonte

Laura Meireles

Coordenadoria de Comunicação do TJMT

imprensa@tjmt.jus.br